

CADMO

Revista do Instituto Oriental
da
Universidade de Lisboa

6/7



Edições
Colibri

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 *
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

estruturante. «Que o livro, na sua forma actual, se deve considerar como composição planeada, está fora de dúvida. Daí não se segue que o projecto provenha de um único autor...» (p. 89). O A. distingue um nível redactorial com uma concepção histórica que fala aos judeus do tempo do exílio (salvação para os exilados e desgraça para os que ficaram no país) e outro dirigido à situação de diáspora. A primeira redacção deu-se durante o exílio na Palestina. Embora não se possam determinar com rigor todas as unidades que compunham o primeiro livro, há indícios literários suficientes para extrair o seu plano estruturante (p. 98).

Igual metodologia percorre os profetas menores e os deuterocanónicos. Curiosa é a inserção de «o *Livro de Daniel* e a apocalíptica», que tanto em data como em género literário saltam fora do profetismo, sobretudo nos cc. 8-12. Se as histórias lendárias dos cc. 1-6 (onde a investigação produziu maiores resultados) podem ser dos sécs. V-IV a. C. (pp. 167-168), os últimos capítulos provêm de um estudioso da Escritura, que, no contexto de correntes sincretistas da época helenista, lançou mão de fontes astronómico-astrológicas, históricas e geográficas para fundamentar o seu pretenso conhecimento de segredos escatológicos (p. 172). O «filho do homem» da Dan 7 é um ser celestial e representante dos anjos (p. 174).

Daniel é o único livro apocalíptico do Antigo Testamento. Mas há que ter ideias claras sobre as coisas e (com D.S. Russel) distinguir entre apocalipse como género literário, apocalíptica como complexo de concepções religiosas e escatologia apocalíptica, ou seja, as concepções sobre os novíssimos contidas em tais escritos (p. 175 n. 51).

Com bibliografia selecta e actualizada para cada capítulo, a Obra realiza perfeitamente a finalidade a que se destina. Terá certamente o êxito da *Introdução ao Antigo Testamento*, que na opinião da crítica se tornou obra de referência.

José Nunes Carreira

L. M. DE ARAÚJO, *Estudos sobre Erotismo no Antigo Egipto* (Temas pré-clássicos, 2), Colibri, Lisboa 1995, 351 p. ISBN 972-8288-05-0.

L. M. de Araújo continua a prover a escassa bibliografia egiptológica portuguesa do fruto do seu labor fundamentado. E muito mais do que labor imposto pela necessidade de prossecução na carreira académica,

caso de *Egipto: As pirâmides do Império Antigo* (provas de capacidade científica e aptidão pedagógica). O A. desenvolve um trabalho paciente, aturado, generoso, quase «apostólico» em favor da causa, em aulas e conferências, congressos e colóquios, artigos de revista e livros. A Obra em apreço nasceu precisamente de três artigos, transformados em outros tantos capítulos: O «Erotismo demiúrgico» (pp. 31-68) saíra na *Revista da Faculdade de Letras*, 5.^a Série, 13-14 (1990), 253-277 (homenagem a José Vitorino de Pina Martins); o «Erotismo profiláctico» (pp. 69-98) em *Hathor. Estudos de Egiptologia* 1 (1989) 41-68; os «Motivos erotizantes e porno-concupiscentes» (pp. 99-144), *ibid.*, 2 (1990) 45-75. Construiu-se um todo harmónico e homogéneo juntando os inéditos: «Vislumbrando o corpo humano» (pp. 145-196), «Presenças fálicas na escrita hieroglífica» (pp. 197-224), «Temática erotizante em colecções egípcias de Portugal» (pp. 225-244), «Apêndices» constituídos por trechos literários do conto («Passeio náutico») e da lírica e possivelmente da liturgia (Hino a Amon), «Cronologia» do Egipto faraónico (p. 12), «Introdução» (pp. 13-30), extensa «Bibliografia» (pp. 301-328) e utilíssimo «Índice remissivo» (329-349).

Lê-se agradavelmente a prosa fluente, por vezes de sabor romanesco (por exemplo, p. 108 – influência do egiptólogo-romancista C. Jacq... ou de Eça de Queirós?!). Registam-se as amáveis referências ao clima de trabalho do Instituto Oriental da Universidade de Lisboa, onde se enquadra institucionalmente a actividade científica do A. (nem sempre se reconhece o que se deve a outros). Mas a primeira impressão agradável é a da seriedade do trabalho, bem elaborado, bem fundamentado, com abundante bibliografia de várias línguas (vê-se não só na listagem de 24 páginas, mas sobretudo nas quase setenta páginas de notas).

Há sólidas conclusões, genericamente convincentes. O que não tira que a colheita seja um tanto ou quanto magra. Até onde se esperaria mais abundante («Motivos erotizantes e porno-concupiscentes») se tem quase de pescar à linha. Jóias de adorno, maquilhagem e cuidados de «toilette» feminina, ambiente lasso das festas do Vale (pp. 106-108)... só *cum grano salis* de podem considerar eróticos. Das 55 cantigas de amor numeradas por A. Hermann (54 de M. V. Fox) acharam-se 3 (*três*, pp. 115-116) de teor erótico. O clima de Amarna é de desenvoltura e naturalismo na arte, mais do que de erotismo nos costumes. Se eu houvesse de falar em «paradigma» (p. 108), escolheria o da omnipresença do disco solar, mesmo na cena de amor triunfal reproduzida na p. 109 (podia aduzir-se a cena em que o casal régio se beija em carro aberto,

sob os raios de Aton). Cenas explicitamente eróticas são as do célebre papiro de Turim 55001 e as de grafitos do bairro operário de Deir el Medineh, entre outros (no erotismo há humanidade fundamental, não distinção de classes). Mas, como salienta o A., não passam de cerca de «uma dezena de representações obscenas» (p. 102) na três vezes milenar história do Egito faraônico. Referências a homossexualismo há-as em fontes retintamente egípcias e no mito romanceado de Ísis em roupagem helénica (Plutarco). Vestígios escassíssimos de uma prática moralmente condenada.

O erotismo profiláctico de amuletos fálicos e afins (pp. 79-83) é óbvio. Nos objectos de adorno e nas pinturas murais, mesmo obscenas, é questão de interpretação, ou de sentido lato ou restrito de erotismo.

Aliás seria de ir além do «dicionário» vulgar para definir erotismo, «ligado ao amor sensual e às motivações sexuais patologicamente exageradas» (p. 16). Uma boa enciclopédia (Britannica, Italiana, Einaudi) daria certamente uma definição antropológicamente mais aceitável. E não faria mal ter mais cuidado com os conceitos filosóficos, para não cair em armadilhas de frases só aparentemente profundas. Talvez fosse melhor evitar a questão da ontologia egípcia do que referi-la tão incidentalmente como «ontologia arcaica (que) utiliza amiúde uma linguagem biológica» (p. 48). Só delimitando bem o tema filosófico se pode passar aos afloramentos egípcios. O exemplo que melhor conheço é o de E. Hornung, em obra citada pelo A. Precisão conceptual evitaria cair na armadilha de se apoiar numa autoridade menor: «a dualidade, a sexualização do único é feita quando substância e cosmos se ligam, dando origem ao fenómeno da criação...» (p. 37) Que se entende aqui por «substância»? No sentido aristotélico de ser que tem a sua própria realidade, que «está em si», ao contrário dos acidentes que «estão» noutra que os sustente? Quanto ao outro elemento da «dualidade»: nem para os Egípcios nem para o pensamento arcaico dos mitos e mitógrafos o cosmos está entre as causas da criação; foi, sim, consequência e resultado dela. Se entendemos, com E. Hornung, o caos como o princípio ontológico fundamental egípcio, este é uno e só deu em cosmos ou por evolução (mito de origem de Hermópolis) ou por intervenção dos deuses (mitos de criação), não por junção parassexual ao inexistente cosmos. No «único» não há «dualidade». O caos não era apenas único, era uno, ou à egípcia, «quando ainda não havia duas coisas». Aparente profundidade deu em frase sem sentido.

E já estamos a entrar no capítulo mais problemático – o do «erotismo demiúrgico». Aqui haveria que caminhar com pés de lã. E antes de mais verificar se a expressão tem cabimento. «Demiurgo» e «demiúrgico» têm sentido na cultura grega, onde, e por estranho que nos pareça, os deuses não são criadores (nem Javé *do Sinai* o era). A maior aproximação à criação é o demiurgo (ver S. Morenz, *Religion*, nas primeiras linhas do capítulo sobre a «criação do mundo e origem do mundo»). Mas nem Platão é muito explícito (*Timeu*), nem os seus primeiros discípulos tinham ideias claras. No Egipto não há demiurgo, mas sim deus criador. Passe, todavia, a adaptação. Em segundo lugar, haveria que perguntar se há «erotismo» na criação por geração.

Foi pena as duas primeiras linhas do último parágrafo do capítulo não terem vindo à cabeça do discurso: «Sublinhe-se, enfim, a seriedade deste erotismo demiúrgico na busca incessante da 'primeira vez'»... (p. 56) Pusesse-se a «seriedade» na base e não haveria o ar aligeirado de expressões deveras impróprias: «copulação desabrida» (!) como «característica presente numa série de divindades»; «deuses como Amon... Geb... e Khnum» na pele de «grandes copuladores» (!) (p. 41); «meio século de febril actividade copulatória» (p. 42, pelos vistos, só em parte do reinado!) do guerreiro, diplomata, homem de acção e mecenas das artes que foi Ramsés II. Chamar ao faraó «divindade copuladora» (*ibidem*) não é só ideia grosseira; é errada. Nunca um faraó foi «deus» propriamente dito. Crenças de fertilidade existiram por toda a parte, mais na Ásia do que no Egipto. Mas eram demasiado sérias para se confundirem com erotismo.

Falar de criação foi em toda a parte do mundo pré-clássico muito natural, muito simples... e muito difícil. Foram necessidades existenciais de sobrevivência (não a vontade de saber) que deram origem aos mitos. Narra-se a criação da ordem (cosmos) para que a ordem continue a imperar no mundo. Mas como falar do que estava para além de toda a experiência?! Só com a linguagem do símbolo, que não da razão. Imaginou-se o começo das coisas pela acção de deuses criadores. E só se podiam imaginar os deuses «produzindo» coisas como os homens as produziam. No Egipto (como Deus em Israel) os deuses tinham criado por geração, pelo trabalho e pela palavra. Eram aproximações a uma ideia inefável das origens, não descrição de um facto. Criar por geração é tão digno como criar pelo trabalho manual; e no Egipto mais de um deus cria das duas maneiras (Ptah, Khnum). A masturbação original de

Atum não é acto erótico, é princípio dos deuses cósmicos (Shu, Tefnut) e finalmente dos deuses históricos (Osíris, Seth), numa palavra princípio do universo em que se inserem os deuses. Só superficialmente o acto é «grosseiro» (termo que já empreguei, afinal com bons egiptólogos). Fez-se da necessidade virtude, pois não havia deusa paredra.

São sobretudo questões de forma; mas é perigoso embarcar na facilidade e fluência da escrita quando se trata de assuntos sérios. Questão menor é a da data de inscrição de Shabaka (p. 50: III dinastia). Convinça-me mais o argumento de S. Morenz pela passagem da V à VI dinastia (desaparecimento do elemento Ré nos antropónimos). E vejo finalmente que Hornung avança quase um milénio para o Império Novo.

Muito há a esperar do A., que lê os originais egípcios. Com o instrumental metodológico e linguístico e já superadas com êxito as provas de doutoramento, L. M. de Araújo será, assim o espero, um dos pilares de fundação da Egiptologia portuguesa e lusófona.

José Nunes Carreira

CUNCHILLOS, JESUS-LUIS; José-Ángel Zamora: *Gramática ugarítica elemental*, Ediciones Clásicas, Madrid, 1995. ISBN: 84-7882-186-4, 61 p.

Esta gramática elementar de ugarítico foi concebida pelos seus Autores no âmbito de uma sistematização de métodos, técnicas e linguagens que fazem convergir o estudo das línguas orientais com as perspectivas e possibilidades da informática. É uma iniciação ao ugarítico para utentes de outras disciplinas, simplesmente como cultura básica, e não explicitamente para quem se projecta para a especialização nestes domínios. Nada obsta, no entanto, que estes últimos façam igualmente por aqui o seu primeiro itinerário. E até os orientistas mais avançados podem refazer e rever muito do caminho já percorrido.

Este projecto decorre actualmente, com uma programação sistemática e uma já rica produção, no Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid. Pretende este pequeno manual ser uma introdução fácil e diáfana à língua de Ugarit e aos motivos que podem justificar a sua aprendizagem.

Em suma, a literatura de Ugarit reproduz o essencial da cultura de Canaã de que estava informada a civilização fenícia; e, exprimindo-se directamente através dos Fenícios e indirecta mas não menos intensa-